

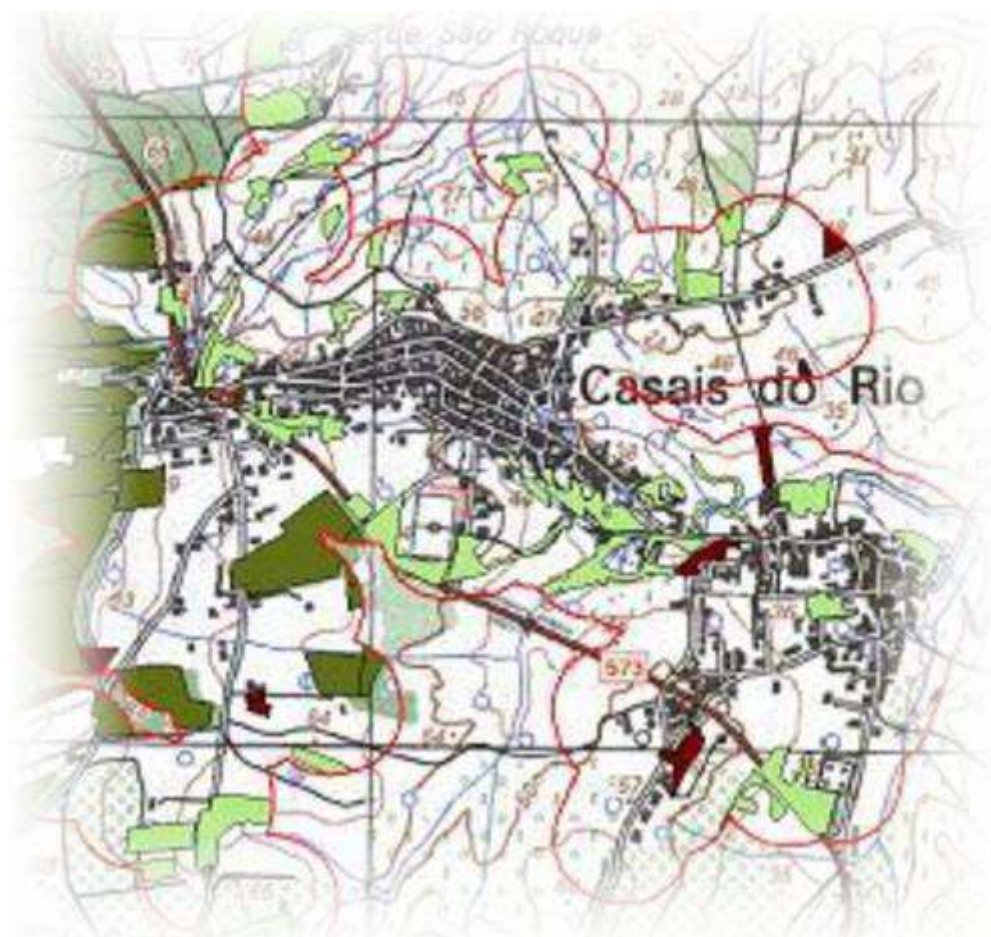


Plano Municipal

Defesa da Floresta Contra Incêndios

2007

M U N I C Í P I O D E Ó B I D O S



CADERNO I – PLANO DE ACÇÃO

CADERNO I – PLANO DE Acção

Índice Geral

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO	4
2. ANÁLISE DO RISCO, DA VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS E DA ZONAGEM DO TERRITÓRIO	5
2.1 COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS	5
2.2 CARTOGRAFIA DE RISCO	6
2.3 MAPA DE PRIORIDADES DE DEFESA	11
3. EIXOS ESTRATÉGICOS	12
3.1 1º EIXO ESTRATÉGICO - AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	13
3.2 2º EIXO ESTRATÉGICO – REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS	19
3.3 3º EIXO ESTRATÉGICO – MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS	22
3.4 4º EIXO ESTRATÉGICO – RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSISTEMAS	31
3.5 5º EIXO ESTRATÉGICO – ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ	31
3.6 PRAZOS DO PMDFCI E POM (VIGÊNCIA, PERIODICIDADE DE MONITARIZAÇÃO E REVISÃO), REUNIÕES DA CMDFCI E RELATÓRIOS ANUAIS	32
3.7 ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI	33
4. ANEXOS - CARTOGRAFIA	34

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1	MODELO DE COMBUSTÍVEIS	5
TABELA 2	VALORES DE REFERÊNCIA PARA A VULNERABILIDADE E VALOR ECONÓMICO	10
TABELA 3	ÁREA DAS FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS DAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS	19
TABELA 4	DESCRIÇÃO DA MAQUINARIA PESADA	23
TABELA 5	ENTIDADES ENVOLVIDAS EM CADA ACÇÃO	24
TABELA 6	PROCEDIMENTOS DE ACTUAÇÃO DO ALERTA AMARELO	26
TABELA 7	PROCEDIMENTOS DE ACTUAÇÃO DO ALERTA LARANJA E VERMELHO	26
TABELA 8	LISTA GERAL DE CONTACTOS	27

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	CLASSES DE COMBUSTÍVEIS (%)	6
-----------	-----------------------------	---

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1	COMPONENTES DO MODELO DE RISCO	7
FIGURA 2	EXEMPLO DE UM PONTO DE ÁGUA E SUA LOCALIZAÇÃO	18
FIGURA 3	ESQUEMA DE COMUNICAÇÃO DOS ALERTAS AMARELO, LARANJA E VERMELHO DO CONCELHO DE ÓBIDOS	25
FIGURA 4	AGENTES DE DEFESA DA FLORESTA	29

1. **ENQUADRAMENTO DO PLANO**

Os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) são um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de acções de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas, que visam concretizar os objectivos estratégicos definidos e quantificados no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI).

Dando cumprimento ao Decreto-Lei 124/2006, o PNDFCI tem por missão:

- Definir uma estratégia para a Defesa da Florestas Contra Incêndios,
- Articular coerentemente as diferentes componentes do sistema nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e
- Atribuir papéis e responsabilidades aos agentes do Sistema, prevendo uma distribuição equilibrada dos meios para a resolução do problema e a satisfação dos objectivos estratégicos definidos.

O presente Plano, enquanto PMDFCI, define a política e as medidas para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, a médio e a longo prazos, nomeadamente através de planos de prevenção, de sensibilização, de vigilância, de detecção, de supressão, e de coordenação dos meios e agentes envolvidos, para os quais concretiza os objectivos e metas a atingir, a sua calendarização, orçamentação, e respectivos indicadores de execução e de desempenho.

2. ANÁLISE DO RISCO, DA VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS E DA ZONAGEM DO TERRITÓRIO

2.1 COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS

Com base nos dados do levantamento do uso e ocupação do solo, criámos um modelo com quatro classes que traduzem manchas de vegetação com características mais ou menos homogêneas, tentando, sempre que possível, fazer corresponder as nossas classes com as estruturas de vegetação, segundo a classificação criada pelo *Northern Forest Fire Laboratory (NFFL)* permitindo chegar à cartografia de combustíveis (tabela 1).

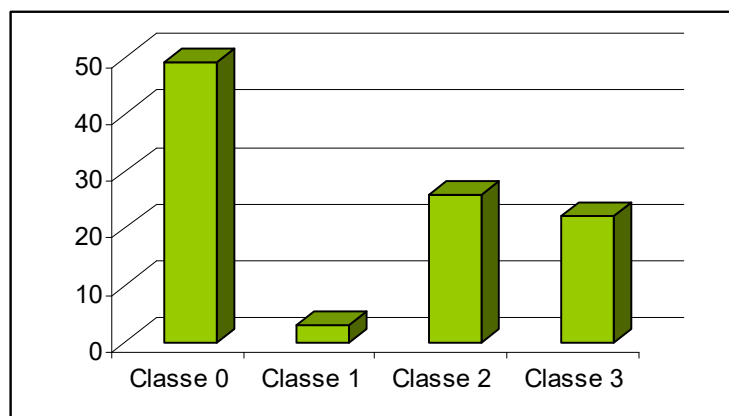
Tab. 1 – Modelo de Combustíveis

Classe 0	Espaço urbano
	Improdutivo
	Áreas de regadio
Classe 1	Área de gestão privada
Classe 2	Mato baixo
	Floresta aberta 10-30%
	Sementeiras ou plantações jovens
	Cortes rasos
	Espaço agrícola
	Incultos
Classe 3	Mato alto
	Floresta muito densa >50%
	Floresta densa 30-50%
	Caneiras
	Fogos

Fonte: MO, 2007.

O mapa de combustíveis do concelho de Óbidos apresenta um predomínio da classe 0, com 49% da área total, seguido pelas classes 2 e 3 com 26 e 22% respectivamente. A classe 1 corresponde a uma área de gestão privada da Stora Enso (3%).

Gráf. 1 – Classes de Combustíveis (%)



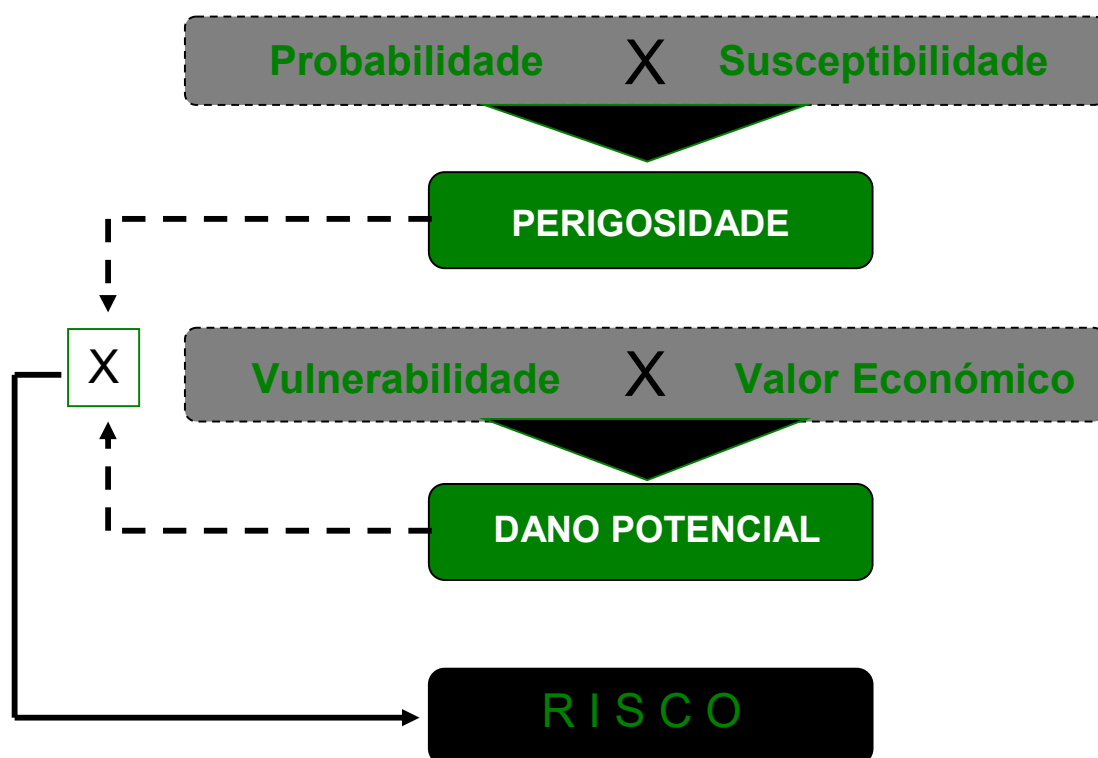
2.2 CARTOGRAFIA DE RISCO

Segundo FREIRE (2002), a avaliação do risco de incêndio, apoia a melhor possibilidade para a salvaguarda de vidas humanas, de propriedades, e de recursos naturais. A estimacão do risco de incêndio a curto prazo tem em vista o apoio à tomada de decisesões e pode ser usada para diversos fins. Estes podem incluir a difusão de avisos, o estabelecimento de limitacões a certas actividades recreativas ao ar livre, ou o planeamento de accões de vigilância e prevençao.

O risco de incêndio florestal resulta da análise de diferentes fontes de informacão: modelos de combustíveis florestais, topografia, valor económico, entre outras. Porém, as dificuldades para elaborar e manter uma estimativa do risco de incêndio florestal derivam da multiplicidade de variáveis a ter em conta, da complexidade do acesso aos dados e das diferentes resoluções espacial e temporal de cada uma destas variáveis.

O modelo de risco, aqui apresentado resulta da elaboração do cálculo da perigosidade e do dano potencial, como se pode verificar na figura seguinte.

Fig. 1 – Componentes do Modelo de Risco



Fonte: DGRF, 2007.

Segundo Varnes (1984), a perigosidade é “a probabilidade de ocorrência, num determinado intervalo de tempo e dentro de uma determinada área, de um fenómeno potencialmente danoso” (DGRF, 2007).

Para se obter a perigosidade, é necessário calcular a probabilidade e a susceptibilidade. A probabilidade demonstrar a plausibilidade de ocorrência de um fenómeno num dado local em determinadas condições. Por outras palavras, procura-se saber qual a probabilidade anual de ocorrência do fogo num certo local. Deste modo, é necessário atender-se ao histórico das ocorrências.

No caso de Óbidos, desde 2005 (ano pelo qual, foi iniciado o registo no tempo e no espaço dos incêndios florestais), nenhuma ocorrência se repetiu num determinado local. Assim, não nos foi possível estabelecer um período de retorno ou probabilidade anual por inexistência de observações. Assim, para não influenciar o resultado, evitando que a probabilidade resulte num risco nulo, o *raster* foi reclassificado, de modo, que os valores zero (0) passem a um (1), tornando-os neutros. Por outro lado, às áreas que nunca arderam também foi atribuído o valor um (1).

A susceptibilidade de um território (ou de um pixel) exprime *“as condições que esse território apresenta para a ocorrência potencial de um fenómeno danoso (...)”. A susceptibilidade define a perigosidade no espaço, respondendo no modelo, desta forma: Qual o potencial de severidade do fogo neste pixel?*” (DGRF, 2007). A susceptibilidade tem em conta a topografia e o uso e a ocupação do solo.

Foram deste modo, cruzados o mapa de declives e o mapa do uso e da ocupação do solo, segundo vários níveis de susceptibilidade.

A avaliação dos declives, constitui uma importante ferramenta na análise territorial, pois ajuda a compreender a estabilidade / instabilidade morfológica.

O mapa de declives reparte o concelho de Óbidos em cinco classes. Constatase que o concelho de Óbidos apresenta declives inferiores a cinco graus. Todavia, as freguesias de A-dos-Negros, Usseira e parte de São Pedro, a Sudeste do concelho, constituem as áreas mais declivosas. Destacam-se igualmente as escarpas junto à localidade do Sobral da Lagoa.

Recorremos ao nosso mapa de ocupação do solo (datado de 2003 com as necessárias actualizações) e agrupámos as nossas classes segundo as três classes de susceptibilidade apresentadas no guia técnico (DGRF, 2007), fazendo-as corresponder aos códigos de nível 2 e 3 da cobertura Corine Land Cover 2000:

CLASSE DE SUSCEPTIBILIDADE BAIXA:

- Perímetros regados

- Vinhas
- Pomares
- Culturas anuais associadas às culturas permanentes
- Praias, dunas, areais e solos sem cobertura vegetal

CLASSE DE SUSCEPTIBILIDADE MÉDIA:

- Perímetros não irrigáveis
- Olivais
- Sistemas culturais e parcelares complexos
- Territórios agro-florestais

CLASSE DE SUSCEPTIBILIDADE ELEVADA:

- Terras ocupadas principalmente por agricultura com espaços naturais
- Folhosas
- Resinosas
- Floresta com mistura de várias espécies
- Vegetação esclerofítica
- Espaços florestais degradados
- Rochas nuas
- Zonas incendiadas recentemente (foram considerados as ocorrências a partir de 2005).

O produto resultante do mapa de declives e do mapa da ocupação do solo manipulado segundo a linha metodológica descrita acima é o mapa da susceptibilidade.

Segundo as indicações da DGRF, para obter o mapa da Perigosidade, multiplica-se a probabilidade com a susceptibilidade. Todavia, como foi admitido e acima explicado, tendo em conta que o nosso mapa da Probabilidade apresenta apenas o valor um (1), num caso de multiplicação, este valor representa um elemento neutro. Assim, bastou considerar o mapa da susceptibilidade e reclassificá-lo segundo o método *quantis* para obtermos o mapa da perigosidade.

A definição da Perigosidade revela-se fundamental para o planeamento de acções de prevenção. O mapa da perigosidade do concelho de Óbidos traduz-se em cinco classes

(*Muito baixa a Muito alta*) e apresenta de um modo geral fraca perigosidade. Os pontos mais críticos localizam-se no Vale do Fraldeu, na zona Sudeste da freguesia de A-dos-Negros, no Vale Benfeito e Bom Sucesso.

A segunda componente do modelo de risco prende-se com o cálculo do dano potencial, produto da vulnerabilidade e do valor económico.

A vulnerabilidade traduz um valor variável de 0 a 1, segundo o grau de destruição que um incêndio poderá causar a determinada ocupação do solo.

O valor económico que pretende “*estimar o valor dos bens e serviços a perder no momento e/ou o custo de reposição*” (DGRF, 2007), foi conferido pela Portaria 982/2004, de 4 de Agosto, relativamente aos custos de construção de edificações para espaços urbanos, na Estratégia Nacional para as Florestas, quanto aos valores das diferentes ocupações do solo e de outras fontes de informação, nomeadamente a EDP e referências ponderadas em contratos públicos de adjudicação.

Tab. 2 – Valores de referência para a vulnerabilidade e valor económico

ELEMENTO EM RISCO		VULNERABILIDADE	VALOR
Produção lenhosa	Pinheiro bravo	0.75	€ 91 /ha
	Eucalipto	0.75	€ 136 /ha
	Outras resinosas	1.00	€ 84 /ha
Multifuncional	Sobreiro	0.50	€ 618 /ha
	Pinheiro manso	0.70	€ 494 /ha
Matos		0.40	€ 52 /ha
Edificado	Habitação (zona III)	0.75	€ 557.29 /m ²
	Indústria, serviços e comércio	0.75	€ 624.67 /m ²
Infra-estruturas	Estradas	0.25	€ 13 /m ²
	Ferrovias	0.75	€ 26 /m ²
	Rede eléctrica	0.50	€ 2.21 /m ¹

Fonte: DGRF, 2007.

¹ Fonte: EDP, 2007.

O dano potencial que combina a vulnerabilidade e o valor económico, foi depois multiplicado pelo mapa da perigosidade (probabilidade x susceptibilidade), produzindo desta forma, o mapa de risco que foi igualmente reclassificado segundo o método *quantis*.

O mapa de risco de incêndio florestal é fundamental para acções de prevenção quando combinado com o mapa de perigosidade e para planeamento de operação de supressão.

O Mapa de risco de incêndio do concelho de Óbidos apresenta baixos níveis. As áreas mais problemáticas situam-se no Vale Benfeito, Poça do Vau, Nordeste da freguesia das Gaeiras e no Vale do Fraldeu.

Como complemento apresentamos o mapa de risco florestal com as áreas de turismo residencial de qualidade que se encontram neste momento em fase de aprovação, com o intuito de identificar zonas cujo risco brevemente diminuirá por força das acções de loteamento que serão sujeitas.

2.3 MAPA DE PRIORIDADES DE DEFESA

O mapa de prioridades de defesa identifica os elementos a proteger, estabelecendo para esse propósito prioridades de defesa, dos quais se destaca: o arvoredo de interesse público da Usseira que corresponde a uma área de espécies florestais autóctones, tendo um grande valor sob o ponto de vista de conservação de espécies e habitats naturais; a encosta do Castelo e a Vila de Óbidos, pelo seu valor patrimonial em termos do edificado e interesse arqueológico e; o Vale Escuro, não pelo seu valor ambiental, mas pelo facto de confinar com o complexo escolar e desportivo de Óbidos, dando assim prioridade à segurança de pessoas e bens.

3. EIXOS ESTRATÉGICOS

A floresta portuguesa é considerada como uma efectiva prioridade nacional, deste modo, importa modificar vivamente a relação da sociedade com a floresta, actuando de forma planeada no sector florestal e criando condições para a execução de medidas de natureza estrutural cuja materialização imediata se impõe, face à necessidade de dar preeminência à gestão e preservação do património florestal existente.

A realização destes objectivos passa pela actualização das medidas preventivas existentes, incorporando diferentes cuidados ligados à preservação da floresta, delineando uma nova cartografia quantitativa e qualitativa da probabilidade de incêndio florestal, estabelecendo regras para a circulação nas áreas florestais, definindo um quadro jurídico para a expropriação de terrenos necessários às infra-estruturas florestais, convertendo formas de intervenção substitutiva do Estado face aos proprietários e produtores florestais, determinando normas para o uso do fogo e retratando apreensões relativas à quantidade de carga combustível nas áreas florestais enquanto potenciadoras da deflagração e progressão de incêndios florestais.

Os objectivos supra-mencionados são expressos no Decreto-Lei 124/2006 de 28 de Junho e no seu antecessor, o Decreto-Lei 156/2004 de 30 de Junho, estabelecendo medidas e acções estruturais e operacionais a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Protecção da Floresta contra Incêndios (SNPPFCI).

Todavia, por muito eficazes que sejam os meios de combate ao incêndio e por mais que se invista nesta área, o sucesso é sempre exíguo, como a realidade tem provado nas florestas de clima mediterrânico, cujas formações vegetais têm elevados índices de combustibilidade.

A diminuição do número de fogos e das áreas ardidas deriva essencialmente das medidas preventivas já que os meios de combate têm uma acção associada ao controlo local do incêndio e de defesa das populações. Ambas as partes – prevenção e combate – são fundamentais, mas é preciso destacar que a organização da prevenção é muito mais complexa, trabalhosa e não proporciona ganhos imediatos.

3.1 1.º EIXO ESTRATÉGICO – AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

3.1.1 REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

O decreto-lei 124/2006 incorpora um conjunto de medidas preventivas que consiste na delimitação de faixas de gestão de combustíveis.

O presente diploma determina que, nos espaços florestais definidos no P.M.D.F.C.I. deve, a entidade responsável:

- a) pela rede viária, providenciar a gestão de combustível de uma faixa lateral de terreno confinante, numa largura não inferior a 10m;
- b) pela rede ferroviária, assegurar a gestão de combustível de uma faixa lateral de terreno confinante, contada a partir dos carris externos, numa largura não inferior a 10m;
- c) pelas linhas de transporte de energia eléctrica de muita alta tensão (MAT), assegurar a limpeza de uma faixa de largura não inferior a 10m para cada um dos lados, numa projecção vertical contada a partir dos cabos condutores exteriores. (Inexistente no Concelho de Óbidos).
- d) pelas linhas de transporte de energia eléctrica de média tensão, assegurar a limpeza de uma faixa de largura não inferior a 7m para cada um dos lados, numa projecção vertical contada a partir dos cabos condutores exteriores.
- e) A entidade ou entidades que, a qualquer título, detenham a administração dos terrenos confinantes com edificações, são obrigadas à limpeza de uma faixa de largura mínima de 50 m à volta de habitações, estaleiros, armazéns, oficinas ou outras edificações.
Os 50 m serão sempre medidos a partir do extradorso das paredes exteriores da habitação ou qualquer outra edificação.

- f) Nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com áreas florestais é obrigatória a gestão de combustíveis numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 100 m, competindo aos proprietários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título detenham terrenos inseridos nestas faixas, os trabalhos de gestão de combustíveis nesses terrenos.
- g) Nos parques de campismo, nas infra-estruturas e equipamentos florestais de recreio, nos parques e polígonos industriais inseridos ou confinantes com áreas florestais é obrigatória a gestão de combustíveis numa faixa de protecção com uma largura mínima não inferior a 100m, competindo à respectiva entidade gestora realizar os trabalhos de limpeza, podendo esta, para o efeito, desencadear os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efectuada.

As faixas de gestão de combustível delimitadas à volta dos aglomerados populacionais foram subdivididas e individualizadas em secções, tendo em conta a prioridade na protecção (alta prioridade; baixa prioridade; sem intervenção).

3.1.2 REDE VIÁRIA FLORESTAL

A rede viária florestal é essencial para a valorização, protecção e usufruto dos espaços silvestres pela população. Porém destaca-se por duas grandes valências: uma primeira que se traduz no acesso aos aglomerados populacionais, às infra-estruturas e aos povoamentos florestais e, uma segunda que garante o acesso para a execução de trabalhos de silvicultura preventiva, para acções de vigilância e detecção ou para a primeira intervenção de combate.

Neste sentido, a rede viária florestal do concelho de Óbidos é composta por:

a) Vias classificadas pelo Plano Rodoviário Nacional:

A8	EN 8
A15	EN 114

IP 6

EN 115

b) Vias classificadas no plano de estradas e caminhos municipais classificados:

CM 1408	EM 572
CM 1408-1	EM 573
CM 1408-2	EM 574
CM 1408-3	EM 575
CM 1409	EM 584
CM 1410	EM 585
CM 1411	EM 585-1
CM 1412	EM 588
CM 1413	EM 603
CM 1417	
CM 1418	

c) Outras vias do domínio público e privado

3.1.3 REDE DE PONTOS DE ÁGUA

Os pontos de água constituem elementos fundamentais em acções de combate a incêndios florestais. Uma distribuição criteriosa de pontos de água pelo território pode reduzir custos de transporte, bem como os tempos de deslocação de viaturas responsáveis pelo reabastecimento.

Como pontos de água foram considerados:

- Charcas
- Albufeira do Arnoia
- Lagoa de Óbidos
- Rio
- Reservatórios

Deste modo, a criação de uma base de dados de todos os pontos onde é possível aos bombeiros abastecer as viaturas e aeronaves, para combate aos fogos florestais, constitui uma medida relevante.

Contudo, não basta conhecer a localização de tais pontos, dado que a caracterização destes elementos é essencial.

Portanto, importa referenciar as características específicas de cada ponto, nomeadamente, a largura, comprimento, profundidade, propriedade, as condições de acessibilidades, entre outras, para garantir a eficácia de qualquer acção.

O Município de Óbidos possui 10 pontos de água (charcas, tanques, reservatórios, rios, lagoa e Albufeira do Arnóia) distribuídos por seis freguesias.

Os acessos à maioria dos pontos de água são feitos por vias rodoviárias pavimentadas e por via aérea.

Para complementar este ponto, o Município de Óbidos tomou como iniciativa a incorporação de todos os marcos de água e bocas-de-incêndio numa base de dados (actualmente em fase de execução).

Certos aglomerados populacionais estão envolvidos por áreas florestais e tal facto aumenta o risco de incêndio. Um caso exemplar é o do Bom Sucesso.

O Bom Sucesso localiza-se na margem da Lagoa de Óbidos e é constituído por um conjunto de bairros de moradias essencialmente unifamiliares circundadas por pinheiros mansos. Neste caso, considerou-se imprescindível o levantamento dos marcos de incêndio para uma rápida intervenção numa eventual de necessidade.

Os pontos de água identificados são:

LUGAR	TIPO	OPERACIONALIDADE
CASAL DA BOA VISTA	CHARCA	OPERACIONAL
SANCHEIRA GRANDE	RESERVATÓRIO	OPERACIONAL
LAGOA DE ÓBIDOS / CHARNECA	LAGOA	OPERACIONAL
LAGOA DE ÓBIDOS / BOM SUCESSO	LAGOA	OPERACIONAL
CONFLUÊNCIA DO RIO REAL COM O RIO ARNÓIA	RIOS	OPERACIONAL
QUINTA DO FURADOURO	RESERVATÓRIO	OPERACIONAL
OLHO MARINHO	TANQUE	OPERACIONAL
MINA DE GESSO	CHARCA	OPERACIONAL
CABEÇO DA SERRA	RESERVATÓRIO	OPERACIONAL
ALBUFEIRA DO ARNÓIA	ALBUFEIRA	OPERACIONAL

Fig. 2 – Exemplo de um ponto de água e sua localização



Ponto de água

Lugar: Sancheira Grande

Tipo: Reservatório

Operacional



3.1.1 SILVICULTURA PREVENTIVA

Com a implementação do Gabinete Técnico Florestal, em Janeiro de 2005, criou-se a figura do Guarda Campestre. O efectivo entretanto contratado, coadjuvado por outros funcionários do Município, procederam a acções de silvicultura preventiva em diversas Freguesias do Concelho (Amoreira, Gaeiras, Sta. Maria, S. Pedro e Vau), nomeadamente no corte e limpeza de matos (redução de combustíveis). A médio prazo pretende-se a gestão dos combustíveis nas áreas definidas pelo mapas 6, apresentadas no anexo referente à cartografia, e cujos valores calculados, abaixo se apresentam.

Tab. 3 – Área das Faixas de Gestão de Combustíveis das Freguesias do Município de Óbidos

Freguesia	Área		Área das Faixas de Gestão		
	ha	%	ha	%	% do Concelho
A-DOS-NEGROS	1745,6	12,4	436,59	25,10	3,09
AMOREIRA	1986,0	14,1	190,80	9,61	1,35
GAEIRAS	1017,0	7,2	307,70	30,26	2,18
ÓBIDOS (S. PEDRO)	1028,5	7,3	312,38	30,37	2,21
ÓBIDOS (SANTA MARIA)	2159,7	15,3	477,47	22,11	3,38
OLHO MARINHO	1804,4	12,8	293,25	16,25	2,08
SOBRAL DA LAGOA	466,6	3,3	50,67	10,86	0,36
USSEIRA	727,2	5,2	104,02	14,30	0,74
VAU	3178,8	22,5	360,41	11,34	2,55
TOTAL	14113,9	100,0	2533,29		17,95

3.2 2.º EIXO ESTRATÉGICO – REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

3.2.1 SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

A sensibilização far-se-á através da realização de uma série de acções e actividades, junto das populações locais, para um período de dois anos (Janeiro de 2008 a Dezembro de 2010). Estas acções e actividades têm por objectivo alertar as populações para o perigo dos incêndios, bem como a importância do papel da floresta para a comunidade e vida humana. As acções de sensibilização vão incidir fortemente na população mais jovem do Concelho, que servirá de elo de ligação à população mais velha, muitos deles trabalhadores rurais, utilizadores do fogo para eliminar os resíduos agrícolas e florestais que anualmente se produzem nas nossas florestas.

Neste projecto serão envolvidas para além da Câmara Municipal de Óbidos, entidade responsável pela execução do plano, as respectivas juntas de Freguesia do Concelho, todas as instituições pertencentes à rede escolar do concelho, como toda comunidade envolvente, incluindo os meios de comunicação local, que deverão ter um papel bastante activo na divulgação destas acções e dos seus objectivos.

O local das acções e actividades de sensibilização que pretendem realizar-se, irá ser definido com base no público-alvo a atingir, sendo localizado nos estabelecimentos escolares para população mais jovem, e nas Juntas de Freguesias para a restante população.

As acções envolverão toda a comunidade escolar das escolas do concelho de Óbidos, Jardins-de-infância, Escolas do 1º Ciclo e a E.B. 2+3 Josefa de Óbidos.

Será desenvolvida uma série de sessões e actividades, envolvendo os alunos directamente com a natureza, através de actividades como: passeios a áreas de interesse (visitas guiadas, passeios pedestres, entre outros), elaboração de exposições temáticas e itinerantes pelos alunos, sendo expostas em locais estratégicos, trabalhos temáticos, actividades durante alguns dias comemorativos como o Dia Mundial da Floresta (ou Dia da Árvore) e o Dia Mundial da Água.

Além das escolas existentes no concelho de Óbidos, existem ainda os espaços de Actividades de Tempos Livres. Está já planeado um Projecto de Prevenção e Sensibilização da Floresta – “A Floresta é nossa Amiga”, que irá decorrer junto da população mais jovem do concelho, com idades compreendidas entre os 3 e 10 anos de idade.

Os objectivos gerais deste plano passam por:

- Sensibilização para a importância da floresta
- Desenvolver a capacidade de intervenção
- Fomentar as necessidades de preservação do património (limpeza de áreas florestais)
- Fomentar a educação para a cidadania (o dever do cidadão de informar os bombeiros/protecção civil do concelho)

As acções a desenvolver com a população adulta terão um objectivo mais específico e complexo. Serão acções de sensibilização relacionadas com os perigos do uso indevido

do fogo, de alternativas ao uso do fogo, da legislação actualmente em vigor, como ainda divulgação dos tipos de acções que se desenvolvem no âmbito da prevenção e protecção da floresta ao fogo por parte da Câmara Municipal (Acções coordenadas pela Protecção Civil Municipal e os Bombeiros Voluntários de Óbidos).

Está prevista a realização de uma sessão de sensibilização em cada Junta de Freguesia do concelho. Além destas sessões, serão elaborados, ao longo do ano, diversos folhetos e brochuras que serão distribuídos pelo Município de Óbidos às populações locais, através de correspondência e utilizando as Juntas de Freguesia.

Estimando-se a elaboração de quatro folhetos e de duas brochuras por ano, abordando diversos temas, entre os quais:

- *Fogo*: Comportamento do fogo (baseado no tipo de coberto florestal existente), agentes envolvidos, divulgação das áreas de maior risco, consequências do fogo para a fauna, flora, solo e para os habitantes locais;
- *Formas de prevenção da floresta*: divulgação do correcto ordenamento (compartimentação do espaço florestal, importância da existência de infra-estruturas nos espaços florestais [rede viária, rede divisional e pontos de água]; importância da limpeza da floresta [tipos de limpeza, cuidados]);
- *Uso-Múltiplo da Floresta*: divulgar alternativas de utilização dos espaços florestais;
- *Vigilância e Detecção*: Divulgação de números das entidades competentes de apoio e combate a incêndios;

3.2.2 REVISTA INFORMATIVA DE ÓBIDOS (RIO)

Esta revista desenvolvida pela Câmara Municipal de Óbidos é um óptimo espaço para divulgação e sensibilização dos problemas relacionados com o sector Florestal. Visto tratar-se de uma edição mensal, passará a existir um espaço dedicado inteiramente à floresta/ambiente: fogos florestais, promoção dos produtos da floresta, uso-múltiplo da

floresta, conservação de espaços de interesse público, legislação, entre outros assuntos.

3.2.3 VOLUNTARIADO JOVEM

Está previsto neste projecto apostar no voluntariado jovem, de forma a sensibilizar os jovens para a questão da floresta, este recurso como um elemento essencial no equilíbrio ecológico. O principal objectivo passa pela integração dos jovens neste tipo de actividades lúdicas e temáticas, fazendo com que seja possível passar uma mensagem forte de prevenção e protecção das florestas. Para uma participação mais activa e eficaz destes jovens, ser-lhes-á dada formação de forma a aumentar o seu envolvimento nas acções a desenvolver.

3.3 3.º EIXO ESTRATÉGICO – MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS

3.3.1 MANUTENÇÃO DA REDE DE INFRAESTRUTURAS

- Reparação da rede viária, com recurso à maquinaria do Município, das zonas de maior perigo - Bom Sucesso, S.Pedro e Usseira;
- Manutenção dos depósitos e pontos de águas naturais.

3.3.2 VIGILÂNCIA FIXA E DETECÇÃO

- Instalação de uma câmara de 360º nos depósitos de água da Usseira (um dos pontos mais altos do Concelho), controlada pelo C.D.O.S – Leiria e a emitir informação em tempo real.

3.3.3 COMBATE E RESCALDO

De acordo com o estipulado pela alínea c) do ponto 3 do Decreto-Lei 124/2006 de 28 de Junho, as operações de combate aos incêndios florestais são asseguradas pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, bem como as respectivas operações de

rescaldo e de vigilância pós-incêndio necessárias para garantia das perfeitas condições de extinção.

3.3.4 MEIOS E RECURSOS

O dispositivo DFCl tem como objectivo a mobilização preventiva de meios, atendendo à disponibilidade de recursos, de forma a garantir a detecção e extinção dos incêndios, antes que estes tomem grandes proporções.

A listagem apresentada reúne o inventário realizado pelo Serviço Municipal de Protecção Civil, no que concerne aos equipamentos utilizáveis, em caso de necessidade e na área do Município.

Tab. 4 – Descrição da maquinaria pesada

DESCRIÇÃO DA MAQUINARIA PESADA	QUANT.	NOME DO PROPRIETÁRIO	CONTACTO	LOCALIDADE
EQUIPAMENTOS PARA DESOBSTRUÇÃO E LIMPEZA DE ESTRADAS	4	Faustino Duque	262 969 257	Vau
	1	SMPC	262 955 515	CMO
GRUAS E PÁS CONVERTIVÉIS SOBRE RODAS	4	Faustino Duque	262 969 257	Vau
		Joaquim Anastácio	262 969 846	Olho Marinho
GRUAS E PÁS CONVERTIVEIS SOBRE LAGARTAS	7	Faustino Duque	262 969 257	Vau
RETRO-ESCAVADORAS	4	Faustino Duque	262 969 257	Vau
		José Costa Fragoeiro	262 958 671	Gaeiras
		Fernando J. Leitão	262 968 642	
	3	SMPC	262 955 515	CMO
REMOÇÃO E ESCAVAÇÃO DE TERRAS	4	Faustino Duque	262 969 257	Vau
CAMIÕES E ATRELADOS ESPECIAIS DE TRANSPORTE E DE TERRA E PEDRA	8	Faustino Duque	262969257	Vau
		Carlos M. Fialho Pereira	262 958 671	Gaeiras
	2	SMPC	262 955 515	CMO
CARREGADORAS	4	Faustino Duque	262 969 257	Vau
	1	SMPC	262 955 515	CMO
VALADORAS	2	Faustino Duque	262 969 257	Vau
GIRATÓRIA DE LAGARTAS E BULLDOZER	2	SMPC	262 955 515	CMO
CAMIÕES DE CARGA	4	Carlos Marques Duque	262 969 252	Vau
	1	José Costa Fragoeiro	262 958 671	Gaeiras
	1	José Eduardo Silva	263 958 671	Gaeiras
	1	José Pedro Félix	262 969 180	Olho Marinho
ATRELADOS (ÁGUA)	1	Junta de Freguesia	262 969 103	Olho Marinho

ATRELADOS (CARGA	5	João Silva	967 075 460	Olho Marinho
		Pedro Carvalho	917 365 139	Olho Marinho
		Fernando Leitão	962 653 794	Olho Marinho
	10	Junta de Freguesia	262 958 671	Gaeiras

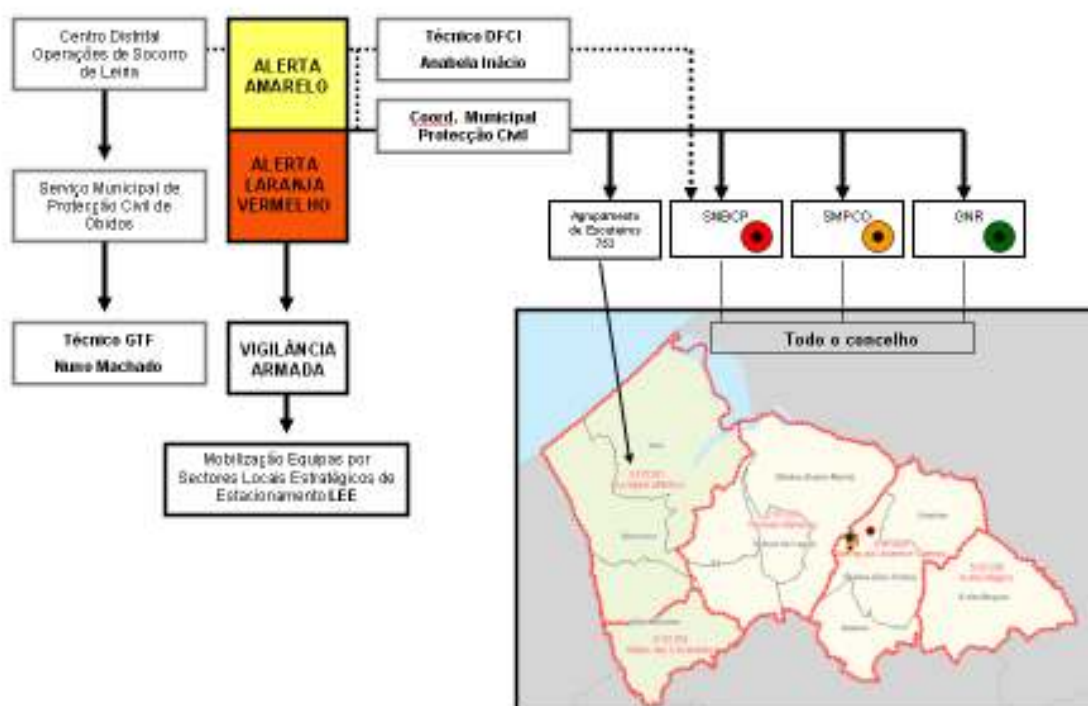
Tab. 5 – Entidades envolvidas em cada acção

ENTIDADES		Informação e Educação	Vigilância e Detecção	1. ^a Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância Pós - Rescaldo	N.º de elementos
Bombeiros		X	X	X	X	X	-	
Programas Ocupacionais / Escuteiros		X	X	-/X	-	-	-	
GNR	SEPNA	X	X	-	-	-	-	
	GIPS	X	X	-	-	-	-	
Forças Armadas		-	X	X	X	X	X	
ICN		X	X	-	-	-	-	
CELBI		-	X	X	X	-	-	
Outros								

As entidades apresentadas, em especial o Corporação de Bombeiros Voluntários de Óbidos e a Guarda Nacional Republicana (Sepna e Gips) têm como área de actuação todo o espaço físico do Concelho. Em relação ao Corpo de Escuteiros a patrulha, em vigilância móvel concentra-se na área do Eucaliptal Atlântico e Matos das Cesaredas.

3.3.5 DISPOSITIVOS OPERACIONAIS DFCI

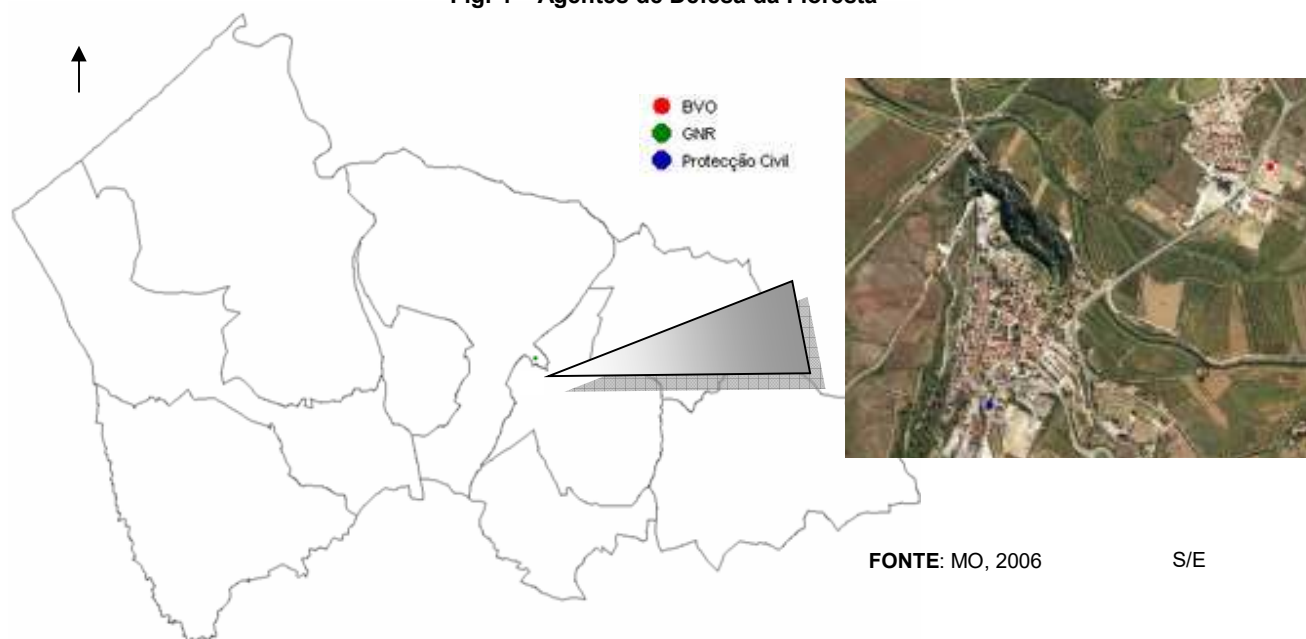
Fig. 3 – Esquema de comunicação dos alertas amarelo, laranja e vermelho do concelho de Óbidos



Os agentes presentes no concelho de Óbidos responsáveis pela defesa da floresta são a corporação de Bombeiros Voluntários de Óbidos, a GNR e o Serviço Municipal de Protecção Civil. Todos estes elementos tem as suas infra-estruturas sedeadas na Vila de Óbidos.

Além destes destaca-se o papel do agrupamento de escuteiros de Óbidos que desenvolvem acções de vigilância em áreas de maior risco, durante os meses de Verão. Realça-se ainda o papel de algumas entidades privadas, nomeadamente a Celbi - Grupo Stora-Enso, localizada na quinta do Furadouro – Olho Marinho e a APAS Floresta - Associação de Produtores Florestais, sedeadada no Cadaval, que demonstraram disponibilidade de material, equipamento e meios humanos.

Fig. 4 – Agentes de Defesa da Floresta



Relativamente aos postos de vigia adjacentes ao concelho de Óbidos, foram identificados três elementos:

CÓDIGO PV	LOCAL
Pv5102	Peniche (Vale Grande)

PV5101	Nazaré
PV5501	Rio Maior

3.3.8 COMBATE, RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS-INCÊNDIO

De acordo com o estipulado pela alínea c) do ponto 3 do Decreto-Lei 124/2006 de 28 de Junho, as operações de combate aos incêndios florestais são asseguradas pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, bem como as respectivas operações de rescaldo e de vigilância pós-incêndio necessárias para garantia das perfeitas condições de extinção.

3.3.9 APOIO AO COMBATE

A criação de uma base de dados de todos os pontos onde é possível aos bombeiros abastecer as viaturas e aeronaves, para combate aos fogos florestais, constitui uma medida relevante.

Contudo, não basta conhecer a localização de tais pontos, dado que a caracterização destes elementos é essencial.

Portanto, importa referenciar as características específicas de cada ponto, nomeadamente, a largura, comprimento, profundidade, propriedade, as condições de acessibilidades, entre outras, para garantir a eficácia de qualquer acção.

O Município de Óbidos possui 10 pontos de água (charcas, tanques, reservatórios, rios, lagoa e Albufeira do Arnóia) distribuídos por seis freguesias.

Os acessos à maioria dos pontos de água são feitos por vias rodoviárias pavimentadas e por via aérea.

Para complementar este ponto, o Município de Óbidos tomou como iniciativa a incorporação de todos os marcos de água e bocas-de-incêndio numa base de dados.

Certos aglomerados populacionais estão envolvidos por áreas florestais e tal facto aumenta o risco de incêndio. Um caso exemplar é o do Bom Sucesso que se localiza na margem da Lagoa de Óbidos e é constituído por um conjunto de bairros de moradias essencialmente uni-familiares circundadas por pinheiros mansos. Neste caso, considerou-se imprescindível o levantamento dos marcos de incêndio para uma rápida intervenção numa eventual de necessidade.

Praticamente toda a rede viária florestal encontra-se em perfeitas condições de circulação, tendo havido, por parte do Município um esforço, através da desmatação de bermas da grande parte dos eixos municipais.

3.4 4.º EIXO ESTRATÉGICO – RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSISTEMAS

O 4.º eixo estratégico tem como objectivo a recuperação e a reabilitação dos ecossistemas que sofreram impactos cuja causa principal tenham sido os incêndios. Este eixo compreende ainda a implementação de medidas para a recuperação a médio e longo prazo destes ecossistemas.

Sendo que as acções de recuperação de áreas ardidas são da responsabilidade do proprietário florestal, o Município de Óbidos, através do Gabinete Técnico Florestal, fomentará a sensibilização e aconselhamento destes, disponibilizando todo o apoio técnico e acompanhamento que lhe for solicitado.

Tendo em conta as necessidade de intervenção, nomeadamente no que respeita à conservação do solo e da água, conservação de espécies e habitats, remoção de arvoredos que apresente risco para a segurança de pessoas e bens, protecção fitossanitária, protecção da regeneração autóctone, controlo de espécies invasoras e a protecção ao património edificado, serão as intervenções de recuperação de áreas

ardidas ajustadas à especificidade da área do Município, sendo que serão redefinidos os objectivos para cada caso, direccionando as recuperações no sentido dos ecossistemas naturais existentes no Concelho, aumentando a resiliência e sempre considerando a perspectiva da redução do risco de incêndio.

3.5 5.º EIXO ESTRATÉGICO – ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

Por forma a organizar todas as competências dos diferentes dispositivos e múltiplas entidades envolvidas, apresentamos o quadro de dispositivos operacionais, funções e responsabilidades.

3.5.1 DISPOSITIVOS OPERACIONAIS, FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

ENTIDADES		Informação e Educação	Patrulhamento e Fiscalização	Vigilância	1.ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância Pós-Rescaldo	Despistagem de causas
Bombeiros		X	X	X	X	X	X	-	-
Programas Ocupacionais / Escuteiros		X	X	X	-	-	-	-	-
GNR	Patrulha	X	X	-	-	-	-	-	-
	SEPNA	X	X	-	-	-	-	-	-
Forças Armadas		-	-	X	X	X	X	X	-
ICN		X	X	X	-	-	-	-	-
Polícia Judiciária		-	-	-	-	-	-	-	X

3.6 PRAZOS DO PMDFCI E POM (VIGÊNCIA, PERIODICIDADE DE MONITORIZAÇÃO E REVISÃO), REUNIÕES DA CMDFCI E RELATÓRIOS ANUAIS.

O prazo de vigência do PMDFCI, de acordo com a alínea d) da Portaria n.º 1139/2006 de 25 de Outubro, será de cinco anos (2008-2012). A periodicidade de monitorização será anual, enquanto que a revisão será efectuada sempre que alterações significativas o aconselhem.

A actualização e aprovação anual do Plano Operacional Municipal (POM) será efectuada até ao dia 15 de Abril de cada ano, sendo que a calendarização das reuniões da CMDFCI necessárias a prossecução deste e outros objectivos será efectuada de acordo com os prazos definidos e consoante a disponibilidade das entidades, no contexto da supramunicipalidade de muitas delas.

3.7 ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI

ACÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR
SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	- Acções de Sensibilização em 13 Jardins-de-infância e 15 Escolas do 1º Ciclo - 9 Acções em Juntas de Freguesia - 12 publicações na Revista Informativa de Óbidos (RIO)	13.312,96 €
SILVICULTURA PREVENTIVA	- Limpeza de Faixas de Gestão de Combustíveis (2.533,29 ha X 2 j/ha X 60 €)	303.994,80 €
MANUTENÇÃO DA REDE DE INFRAESTRUTURAS	- Reparação da rede viária - Manutenção dos depósitos e pontos de águas naturais (951,2 ha X 5 h/ha X 40 €)	190.240,00 €
VIGILÂNCIA FIXA E DETECÇÃO	- câmara de 360º ligada ao CDOS – Leiria	0,00 €
VOLUNTARIADO JOVEM	- Colaboração com o Agrupamento de Escuteiros de Óbidos no Patrulhamento	2.039,94 €
	Total (s/ I.V.A.)	509.587.70 €
	TOTAL (c/ I.V.A.)	616.601,11 €

4. **ANEXO - CARTOGRAFIA**